

Abri! 82

AD

BOLETIM INFORMATIVO DA
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
ADUFPb-JP

INFORMA



**As reivindicações
das autárquicas**

1. Reajuste semestral de salários;
2. Reposição salarial;
3. 13º salário para os estatutários;
4. Estabilidade no emprego;
5. Fim das distorções da carreira.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO
É DIREITO DE TODOS E DEVER
DO ESTADO

Projeto da M.E.C.

ROTEIRO

PARA

DISCUSSÃO



recursos financeiros e para utilizar os saldos orçamentários e de receita própria.

A proposta reivindica também autonomia para criar, organizar, reconhecer e credenciar cursos de graduação, de pós-graduação e outros, segundo normas próprias fixadas em cada instituição de ensino. Mais diretamente relacionada às restrições impostas pela Secretaria do Planejamento — Seplan — a autonomia pedida pelos reitores envolve, ainda, a garantia de dotação financeiras globais necessárias à execução de atividades normais da instituição universitária.

*(Transcrito de "O Estado de São Paulo")
(em 2 de abril de 1982)*

1982: ANO DA DEFESA DO ENSINO PÚBLICO

E GRATUITO EM TODOS OS NÍVEIS

COMPANHEIROS,

Os professores universitários das Universidades Federais têm hoje uma responsabilidade muito grande diante da Sociedade Brasileira em razão da proposta do Governo de Reformulação do Ensino Superior do País. Embora o MEC não tenha dado a conhecer o conteúdo completo de seu Projeto, tem no entanto, divulgado alguns pontos que de saída contrariam as aspirações da maioria da Comunidade Acadêmica.

A ADUFPB-JP, em consonância com o movimento Nacional Docente, considera fundamental um posicionamento substantivo do conjunto dos professores diante da crise política e Institucional por que passa a Universidade Brasileira.

Com o objetivo de ampliar o máximo essa discussão em torno do problema em foco, a ADUFPb-JP está propondo o seguinte roteiro para orientar as reuniões nos Departamentos e Centros da UFPb-JP.

As reuniões deverão se realizar entre o mês de abril e a primeira quinzena de maio.

ADUFPb-JP

**FORMALIZADO PROJETO PARA A
AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL**

• O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — Crub — propôs ontem ao ministro Rubem Ludwig, da Educação, que as instituições de ensino superior tenham o direito de estabelecer as normas para a escolha dos seus dirigentes, além de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira. Isso significa poder estabelecer seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo e também exercer a livre gestão de recursos econômicos, financeiros e do patrimônio.

Essa é a proposta básica contida na minuta de projeto de lei, em estudo há quatro meses, sobre a autonomia da universidade e de estabelecimentos isolados mantidos pela União. O projeto pretende criar as "pré-condições" para que a universidade, "livre das amarras burocráticas do Dasp e da Seplan", segundo os reitores, possa se reestruturar e encontrar seu modelo próprio, adequado às características de sua região, como quer o MEC.

• A autonomia que as universidades querem restabelecer, segundo os estudos entregues ao ministro, abrange a elaboração de estatutos e regimentos, a fixação de normas e critérios para a escolha de dirigentes, a preparação de regulamentos para o pessoal docente, técnico e administrativo — inclusive a competência para estruturar as carreiras e fixar salários, regime de trabalho e critérios de seleção, admissão e promoção — a liberdade para gerir os

DIA DE REFLEXÃO SOBRE A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Convorne indicação do Congresso da ANDES, conclamamos os professores a discutirem, no período de 20 a 30 de abril, com seus alunos em sala-de-aula a reestruturação da Universidade. Sugerimos aos professores que reservem um dia de suas aulas para colocarem a questão para seus alunos. A discussão poderá ser iniciada a partir da própria realidade da disciplina lecionada, isto é, qual a sua necessidade; em que condições históricas ela foi criada; para onde apontam seus desenvolvimentos futuros; quais suas dificuldades no momento, etc. Posteriormente, a análise da importância da disciplina e o seu papel no currículo dos cursos realizados pelos alunos, encaminhará a discussão para a realidade dos diversos cursos oferecidos pela Universidade. Desta maneira, surgirá, naturalmente, o significado da reestruturação da Universidade e suas implicações para a disciplina lecionada e para os cursos realizados pelos alunos. Numa outra vertente, sugerimos acionar o debate através dos temas constantes desta convocatória.

ADUFPb-JP

ROTEIRO PARA AS DISCUSSÕES

I - TEMAS GERAIS:

- A -- A Natureza de uma Instituição Universitária em um País Subdesenvolvido.
- B -- A Relação entre Universidade/Sociedade -- O significado de uma Universidade voltada para os interesses da maioria da população.
- C -- O Ensino Público e a responsabilidade Social do Estado.
- D -- As Condições de Ensino/Pesquisa e Extensão nas Universidades Federais.

Em função destes TEMAS, outros mais específicos deverão ser também discutidos:

II - TEMAS ESPECÍFICOS:

- A -- *Autonomia* -- seus diferentes aspectos: financeiro (definição das verbas necessárias e seu controle pela comunidade universitária), administrativa (descentralização das decisões e flexibilidade) e didática (currículos, disciplinas).
- B -- *Democratização* -- estrutura da universidade, papel e poder real dos departamentos, composição de órgãos colegiados e representatividade, escolha de chefes de departamento, diretores e reitores, representação de alunos e funcionários, poder formal e poder real (não basta formalizar uma estrutura mais democrática sem pensar na fonte real do poder por trás desta estrutura), a representação de comunidade local (trabalhadores, profissionais, etc. . .).

C -- *Recursos da Universidade* -- a responsabilidade do Estado na dotação orçamentária total da universidade, o controle dos gastos, os gastos supérfluos nas reitorias, a capacidade ociosa dos prédios, instalações (horário de funcionamento e cursos noturnos), o papel das fundações de direito privado acopladas às IES federais autárquicas, o papel das verbas externas de órgãos financiadores de projetos e de empresas através de serviços, o custo do ensino superior e a inviabilidade do seu financiamento pelo pagamento dos alunos.

D -- *Trabalho do professor* -- regimes de trabalho e dedicação exclusiva, a carreira e a estrutura do poder, a responsabilidade profissional e a qualidade do ensino e da pesquisa, a assiduidade e o atendimento de alunos fora de classe, a orientação didática e de pesquisa de tese, o trabalho coletivo, o entrosamento com os funcionários, a democracia e o autoritarismo na sala de aula.

E -- *Ensino* -- a crítica ao regime de créditos atual, o ciclo básico e o profissional e sua adequação à realidade da universidade, o vestibular e o seu controle externo à universidade a democratização das decisões sobre os cursos, a representação dos alunos, as condições de ensino -- bibliotecas, salas de estudo, laboratórios, a questão da pós-graduação em detrimento da graduação.

F -- *Pesquisa* -- a indissociabilidade do ensino e pesquisa na universidade, a pequena atividade de pesquisa e a necessidade de incentivar e valorizar a produção intelectual e científica dos professores e alunos, a liberdade de pesquisa e as críticas ao conhecimento oficializado a produção de conhecimento original, o financiamento da pesquisa e as agências financiadoras externas, o privilégio ou a discriminação de algumas áreas de pesquisa, a prestação de serviços sob forma de projetos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA PRELIMINAR:

1 -- Artigos sobre Reformas da Universidade -- Fundações Autarquias, etc -- publicados no Caderno da ANDES Nº 1.

2 -- Artigo de Moacir Gadoti -- publicado no Caderno Nº 1 da ADUFPb-JP - de Março/82.

OBS: Procurar os artigos referidos com os membros do Conselho de Representantes da ADUF.

ESTE SEMESTRE TERÁ UMA IMPORTÂNCIA DECISIVA PARA OS DESTINOS DE NOSSA UNIVERSIDADE. DÊ SUA CONTRIBUIÇÃO COM A FORÇA DE SUA PRESENÇA E DE SUAS IDÉIAS.